

# **Análise da construção do discurso ambiental pela Revista *Veja* a partir das capas sobre a Amazônia<sup>1</sup>**

Lílian Reichert Coelho<sup>2</sup>

Larissa Julião<sup>3</sup>

Universidade Federal da Bahia - Ba

Faculdade Social da Bahia - Ba

## **Resumo**

O presente artigo apresenta os resultados de uma análise sobre a construção do discurso ambiental da revista semanal *Veja*, tendo como recorte o tema Amazônia. Feito um rastreamento verificou-se que, entre os anos de 1969 e 2008, dez matérias trouxeram a Amazônia como tema de discussão. A fim de realizar o objetivo proposto, executamos uma contextualização sobre questões que envolvem a Amazônia, o jornalismo ambiental, as noções da Análise do Discurso francesa pertinentes no percurso empreendido e a análise propriamente dita de cada reportagem de capa.

**Palavras-chave:** Amazônia; ambiente; jornalismo ambiental; Análise do Discurso.

A discussão sobre o meio ambiente é uma tendência amplamente difundida pelos veículos de comunicação e na sociedade, que se organiza e manifesta ações com o objetivo de buscar soluções em nível planetário para os problemas ambientais que afligem e impactam diretamente a vida da humanidade. Essas reflexões e atividades são válidas porque auxiliam na discussão quanto à necessidade de uma nova mentalidade ecológica, além de estimular a aplicação de políticas ambientais eficazes em defesa da natureza e, portanto, em benefício da humanidade.

A fim de verificar como um veículo de comunicação nacional apresentou o tema meio ambiente, escolhemos a revista *Veja* para a análise, por ser um dos periódicos jornalísticos mais vendidos e lidos no país. Apesar de não ser especializada em meio ambiente, a revista publica com frequência reportagens referentes ao tema. O objetivo da pesquisa, portanto, visa a examinar como uma revista de generalidades constrói o discurso ambiental para os seus leitores tendo como recorte a Amazônia.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Teorias da Comunicação, do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

<sup>2</sup> Doutoranda pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Letras pela UNESP, graduada em Jornalismo pela UEL. e-mail: lilireichert@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Jornalismo pela Faculdade Social da Bahia. Graduada em Veterinária pela Universidade Federal da Bahia. e-mail: larissajuliao@yahoo.com.br.

A escolha pela Amazônia deveu-se ao fascínio que a floresta exerce no imaginário mundial. O recorte também foi necessário como forma de delimitar o extenso universo que abrange o conteúdo ecológico abordado pela revista. A Amazônia sempre preocupou a comunidade ambiental pelos índices de destruição e, não diferente, também sensibiliza a sociedade em geral, pelo fato de abrigar a maior biodiversidade natural do planeta. Sua preservação está, freqüentemente, associada ao equilíbrio e bem-estar mundial.

O processo de agressão aos recursos naturais da Amazônia acentuou-se após o golpe militar de 1964. Entre os anos de 1972 e 1974, a política vigente propôs um modelo de desenvolvimento econômico para a Região que incluiu a implantação de empresas e a promoção do seu povoamento<sup>4</sup>. Uma das primeiras manifestações desse processo foi a introdução de fazendas para a criação de gado. A pecuária da região desenvolveu-se após especulação e venda de áreas antes destinadas à produção de borracha. O número de cabeças de gado praticamente dobrou entre os anos de 1995 e 2005 na Amazônia, passando de 37 milhões cabeças para 60 milhões (COUTINHO, 2005, p.58). Com a expansão de áreas destinadas às pastagens, o desmatamento da Floresta tornou-se mais evidente e freqüentemente é tema de debate entre governo, sociedade de proteção ambiental e empresários do setor.

A riqueza do subsolo Amazônico também é gerador de impactos ambientais e sociais na Região. A exploração e o comércio das terras por mineradoras e garimpeiros provocam a contaminação dos rios e do solo por resíduos tóxicos como bário e arsênio. Como conseqüências desses atos, têm-se a extinção de ecossistemas e manifestações de algumas doenças que provocam mortes na população amazônica (CASARA, 2003, p. 05-09).

Ao lado de atividades como a pecuária e a mineração, a exploração de madeira é outra ação que culmina com a destruição de vastas áreas florestais. Coutinho (2005, p.58) denuncia que metade das empresas madeireiras que atuam na Amazônia funciona na ilegalidade e avançam diariamente rumo ao interior da mata. Lentini (2005, p.01) revela dados sobre o setor madeireiro na Região Amazônica: no ano de 2004 foram extraídos 24,5 milhões de metros cúbicos de madeira, o que totalizou a derrubada de 6,2 milhões de árvores.

---

<sup>4</sup> Fonte: O "desenvolvimento" da Amazônia, [www.amazonlink.org](http://www.amazonlink.org), s/data.

O conflito fundiário também marca as questões que envolvem a Região. Na década de 90, nos limites da Amazônia paraense, aconteceram 264 assassinatos que tiveram como causa a luta pela posse da terra (COUTINHO, 2005, p.54). Sant'Anna e Young (s/d, p.3-4) apontam que os conflitos acontecem, em geral, entre empresas agrícolas e fazendeiros individuais e também posseiros e “grileiros”. Os pequenos produtores, posseiros e índios são impelidos para áreas menos férteis ou até expulsos de suas terras pelos “grileiros”, agentes que falsificam os documentos. Assim, com dados adulterados, vendem as posses para empresas agrícolas e latifundiários da Região.

A rica biodiversidade da Amazônia é objeto de cobiça internacional. Estima-se que a floresta brasileira abrigue um terço de todas as espécies vivas do planeta: em apenas um hectare de mata podem existir até 300 diferentes espécies de árvores (CASARA, 2003, p.09). Estrangeiros infiltram-se na floresta para contrabandear parte dos recursos genéticos amparados pela falha legislação brasileira sobre troca e comercialização desses materiais. A extensa fronteira terrestre da Amazônia também é um fator que prejudica a fiscalização no local (HOMMA, 1997, p.7).

A ameaça de intervenção estrangeira na Amazônia foi propagada algumas vezes e causou repulsa entre os brasileiros. Os países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, defendem que o governo brasileiro não está apto para proteger o vasto território florestal que abriga a maior biodiversidade do mundo. Para tanto, disseminam propostas com princípios humanitários para justificar a internacionalização. Outro aspecto apontado para a intervenção estrangeira está na questão de segurança internacional, já que a Região serve de rota ao tráfico de drogas e é abrigo para grupos guerrilheiros de países vizinhos (FIGUEIREDO, s/d). O Brasil, em contrapartida, considera que a preocupação esconde outros interesses como, por exemplo, o intuito de os EUA apossarem-se das riquezas do local: minerais, petróleo, gás natural e o recurso hídrico em potencial da Região: 20 % de toda água doce do planeta.

O governo brasileiro, por sua vez, anuncia programas em defesa da Amazônia, cujo objetivo é implementar políticas que ofereçam menores impactos ambientais, além de estimular alternativas econômicas para a comunidade local, assegurando o desenvolvimento sustentável. Programas como o *Agendas Positivas*, iniciado em 1999, auxiliam na disseminação dessa proposta <sup>5</sup>. A urbanização, conseqüência de projetos como esse, culminaria com o aumento da densidade populacional e, conseqüentemente,

---

<sup>5</sup> Fonte: A Secretaria de Coordenação da Amazônia, [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br), s/data.

no desmatamento provocado por queimadas em áreas florestais. Isso traria prejuízos ao Brasil pela diminuição da cota de carbono, por exemplo, estratégia desenvolvida como moeda de troca entre os países para barrar a emissão de gases poluentes que provocam o aquecimento global (COSTA, 2001, s/p).

Como se percebe, são muito delicadas as questões que envolvem a Amazônia. Preza-se pelo discurso em favor da manutenção de um modelo de proteção ambiental, com críticas às incursões que promovam o desenvolvimento desequilibrado na Região. Ao mesmo tempo, também se clama pela necessidade de reverter a imagem que o próprio Brasil tem sobre a Amazônia. Esse fosso imaginário é destacado no editorial da *Amazônia Vinte e Um Até quando vão nos ignorar?*, decorrente da noção de que uma parcela significativa dos brasileiros acredita que a Amazônia é um “grande espaço vazio, depósito de recursos naturais inesgotáveis, *habitat* exclusivo de populações indígenas e última fronteira do campesinato nacional”, o que denota o caráter marginalizado da Região.

### **Jornalismo ambiental**

A primeira organização de jornalismo especializado em Meio Ambiente surgiu na França, em 1968. Nessa mesma época, o repórter brasileiro Randau Marques mereceu destaque por ter sido o primeiro jornalista especializado do país. Ele questionava e denunciava, em suas reportagens, práticas que culminavam com contaminação e morte de ecossistemas (BELMONTE, 1997, s/p).

De acordo com Rosa (2005, s/p), o ano mais representativo para o Brasil, com relação à publicação de material de cunho ambiental, foi 1992, em virtude da ECO-92. O evento internacional, sediado no Rio de Janeiro, ficou caracterizado como o auge da ‘febre ecológica’ brasileira, quando o tema tornou-se pauta recorrente nos meios de comunicação e a demanda por informações ambientais cresceu. As reportagens e matérias dedicadas a essa cobertura, entretanto, inclinavam-se para o denunciismo e não ampliavam o debate acerca dos reais problemas. O autor Rosa acrescenta que as matérias seguiam a tendência da notícia-espetáculo, resumindo-se à divulgação de graves acidentes ambientais, o que não permitia uma reflexão sobre a essência do problema.

No panorama contemporâneo, o tema aquecimento global, em especial, favoreceu um posicionamento mais crítico da mídia. O conteúdo dos encontros, relatórios e tratados assinados recentemente contribuíram para essa nova perspectiva do

jornalismo ambiental, mais informativo e consciente (ROSA, 2005, s/p). Com essa perspectiva, a mídia torna-se responsável pela sinalização dos acontecimentos que contribuem para a reflexão da sociedade sobre os assuntos referentes ao tema. A democratização das informações é relevante porque funciona como instrumento de pressão sobre governos e auxilia na conscientização da sociedade.

A função primordial do Jornalismo Ambiental consiste (ou deve consistir) em “disponibilizar informações relevantes que ajudem a concretizar uma nova cultura, uma nova visão de mundo, uma nova ética existencial” (TRIGUEIRO *apud* EGYPTO, 2006). O objetivo é consolidar a existência de uma sociedade alfabetizada ambientalmente, o que contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento menos perverso e mais consciente quanto às questões relativas ao meio ambiente.

### **Examinando o discurso de Veja**

Para entender como funciona o discurso de *Veja* sobre a Amazônia, tomamos como basilares o conceito de discurso oferecida por Foucault e as noções de dialogismo e polifonia propostas por Bakhtin. Outras contribuições relevantes são oferecidas por Anscombe e Ducrot acerca da enunciação. Na construção da análise empreendida, partimos do pressuposto de que o sentido de um texto só existe se relacionado ao seu contexto, isto é, em estreita relação ao universo extralingüístico. Para tanto, buscamos considerar aspectos históricos e ideológicos que sustentam a ação do homem como sujeito nesse processo (MAINGUENEAU, 1998).

Foram encontradas, na revista *Veja*, entre os anos de 1969 e 2008, dez reportagens de capa sobre a Amazônia. Este trabalho apresenta os resultados de um estudo sobre a construção do discurso ambiental fundamentado nas fotografias de capa e nas titulações das matérias (chamada de capa, título e linha de apoio<sup>6</sup>).

A leitura das dez reportagens de capa da Revista *Veja* sobre a Amazônia revela que, de modo geral, a revista tenta desconstruir uma idéia já arraigada sobre a Amazônia. Pelo exposto nas reportagens, observa-se que a imagem mais típica (até estereotipada) do pensamento dos brasileiros para designar a Amazônia concentra-se em

---

<sup>6</sup>A chamada de capa é a frase verbal ou nominal que encontramos na primeira página da revista (a capa). Ela funciona como uma espécie de convite para que o leitor leia o conteúdo da reportagem.

O título sintetiza o conteúdo reportagem, é destacado do *corpus* da matéria e, em geral, situa-se acima deste.

A linha de apoio serve como suporte ao título e situa-se abaixo dele. Nele obtemos maiores informações sobre o conteúdo da reportagem.

associá-la a um grande depósito com recursos naturais inesgotáveis e berço da mais rica biodiversidade do mundo.

A revista constrói seu discurso através da dissociação da representação da Amazônia já cristalizada e atribuída (pela própria revista) como senso comum, ao evidenciar aspectos considerados desconhecidos do leitor de *Veja*: a Amazônia como um local abandonado, marginalizado pelas instâncias oficiais, com graves problemas sociais, população miserável, abrigo de inúmeras doenças, palco de conflitos armados, dentre outros. Nota-se que a revista propõe uma ruptura da imagem romântica associada, no imaginário brasileiro, à Amazônia. A tentativa de construir um discurso realista (dentro dos limites permitidos pela linha editorial da revista, evidentemente) é visível nas primeiras reportagens, em especial até o ano de 1991.

Com relação ao discurso ambiental propriamente dito, constatamos que, até esse período (início da década de 1990), as reportagens apenas pressupunham uma preocupação, ao associar a idéia defendida pelos programas militares de se levar o progresso para a região, o que, de acordo com *Veja*, poderia culminar com a destruição da floresta. Essa perspectiva pode ser verificada através de escolhas lexicais que remetem ao universo semântico da destruição, da catástrofe, complementadas por elementos do discurso visual (as fotografias) e da subjetividade do repórter (inserida de maneira explícita nas primeiras reportagens). Tais recursos discursivos são indícios que podem ser considerados o embrião do discurso ambiental da revista. Nenhuma fonte ambiental, porém, consta para confirmar ou alertar esse encaminhamento ecológico.

Entre os anos de 1989 e 2005, verifica-se, nas reportagens que envolvem a Amazônia, a aquisição de feições mais específicas no que diz respeito ao tema meio ambiente, freqüentemente atrelado a denúncias de destruição da floresta. A revista responsabiliza, em especial, a corrupção e a conivência política como agravantes do fato. Nessas reportagens é que aparecem, de fato, as primeiras fontes autorizadas ligadas diretamente ao meio ambiente.

As reportagens selecionadas perpassam diferentes contextos históricos: as primeiras datam da era militar (70, 71, 80); uma data do governo Sarney (1989); uma do governo Collor (1991); três da época de Fernando Henrique Cardoso (1995, 1999, 1999, 2000) e, a mais recente, do governo Lula (2005). Em todos esses períodos, a revista teceu críticas severas às instâncias oficiais, pelo descaso, abandono e, em alguns casos, cumplicidade para com a destruição da floresta. Verificamos que as declarações das fontes oficiais relacionadas ao governo são, em geral, desautorizadas pelo enunciador,

pela inserção do recurso discursivo da ironia ou pela inclusão de vozes sociais que auxiliam na desqualificação dessas instâncias. Observa-se, contudo, que as críticas mais ferrenhas incidem sobre o governo militar (pela referência aos métodos de colonização e destruição da Amazônia, lembrados, inclusive, em matérias mais recentes) e ao governo Lula (a Amazônia funciona como pano de fundo para denunciar a corrupção entre membros do Partido dos Trabalhadores).

Com relação ao governo militar, as críticas podem ser mais bem compreendidas quando retrocedemos no tempo e recortamos declarações dos dirigentes militares, que afirmavam que “não se importariam em pagar o preço da devastação do meio ambiente, desde que obtivesse êxito no aumento do seu Produto Interno Bruto” (DIAS, 2003, p.79). Essa afirmação explicita a forma como o governo militar pretendia conduzir os assuntos referentes ao meio ambiente no país: tratava-se de uma política econômica pela qual o discurso sobre o “progresso” do Brasil era utilizado como justificativa para devastar a Amazônia, perspectiva condenada pela revista. Percebe-se que, mesmo sem a inserção de fontes ligadas ao meio ambiente, a revista já havia começado a delinear seu posicionamento em relação ao tema.

O mesmo acontece no que concerne às fortes críticas dirigidas ao governo Lula, visto que a angulação da matéria adquire um viés de denúncia política, mais do que propriamente ambiental. Não que não haja uma preocupação explícita com a devastação da floresta, mas a orientação ideológica da revista, pautada pela desaprovação ao governo Lula é ressaltada, pela associação, de forma direta, entre a destruição da floresta e as práticas corruptas de membros do Partido dos Trabalhadores ligados ao órgão Ibama. O que não significa que não haja críticas às instâncias oficiais de outros períodos, mas se verifica que elas são menos violentas se comparadas às empreendidas contra o governo militar e o de Lula.

Em todo o período estudado, observa-se que, tanto as reportagens que fazem referência indireta quanto as que tratam de modo mais explícito o tema Amazônia, condenam as instâncias oficiais pela destruição da floresta. Os “desbravadores” que, nas reportagens da década de 70, eram convocados a habitar e “criar” a Região, tiveram sua imagem - nas últimas reportagens - atreladas ao desmatamento da Amazônia. Isso revela uma reorientação do discurso da revista no que diz respeito ao tema, ora considerando determinado ator social positivo (desbravador), ora considerando-o negativamente (vilão, destruidor).

Quanto à linguagem utilizada por *Veja*, notamos que as primeiras reportagens caracterizam-se por serem mais descritivas. A riqueza de detalhes, a utilização de alguns recursos textuais como epígrafes, trechos bíblicos e a narração em primeira pessoa do singular (utilizada, nesses casos, para conferir *status* de credibilidade, pelo viés do testemunho ocular) sustentam-se em técnicas usualmente classificadas como típicas do Jornalismo Literário. Nas reportagens posteriores, tais recursos são banidos.

Como pode ser depreendido das reportagens mais recentes, a busca pela “verdade”, recurso usual de *Veja* e prerrogativa do jornalismo, é alcançada através da inserção de outros elementos como, por exemplo: o apoio em vozes autorizadas, que podem ocorrer através de citações científicas, de institutos reconhecidos, de organizações especializadas; dados comprobatórios de institutos de pesquisa, dentre outras fontes, utilizados para revestir a reportagem de uma aparência de verdade e conferir credibilidade ao discurso. Mesmo com a utilização de tais recursos, que visam a distanciar possíveis juízos de valor subjetivos (do repórter), verifica-se, nas reportagens analisadas, que é explícito o caráter opinativo. Observa-se, portanto, que a *Veja* utiliza a opinião em meio ao seu discurso e, para isso, emprega recursos discursivos como ironia, eufemismo, personificação e metáfora, a fim de auxiliar em uma “visualização” mais eficiente do tema tratado. A revista acredita que seu enunciário necessita desses elementos para compreender o tema, mas não os utiliza apenas para uma compreensão neutra, ao contrário, ela circunscreve o assunto, moldando-o conforme a orientação ideológica.

Duas características marcantes em relação ao discurso de *Veja* são notadas: a orientação do discurso é realizada, em geral, na forma didático-explicativa, o que denota uma preocupação da revista em proporcionar uma melhor compreensão, talvez “a” melhor de todas. Nascimento (2002, p.174) ressalta que a forma didático-explicativa é uma característica de *Veja*; para tanto, a revista recorre ao conhecimento legitimado, notabilizado através da delegação de vozes autorizadas e pautado em dados comprobatórios, para criar um efeito de sentido de verdade ao que é reportado.

Outra peculiaridade do discurso de *Veja* refere-se à posição de conselheiro assumida pelo enunciador, que não apenas se limita a reportar ou denunciar os fatos que envolvem a Amazônia, mas propõe alternativas e meios que visam a criar melhores condições para a sobrevivência, tanto da floresta quanto dos habitantes da região e, em especial, sugere o desenvolvimento sustentável. Quanto a essa postura assumida pelo enunciador, Trigueiro acredita que se refira a uma tendência do jornalismo ambiental

contemporâneo, não limitado a apenas apontar ou denunciar os casos de destruição da Amazônia. Ele tenta mostrar para o enunciatário (e sugerir para as autoridades) que existem caminhos possíveis e economicamente viáveis para conciliar desenvolvimento sem, necessariamente, implicar em danos ambientais.

Em síntese, notamos que o discurso ambiental de *Veja* começou a germinar, mesmo que de forma tímida, ainda na década de 70, mas desabrochou de fato a partir de 1989, ao publicar matérias com um conteúdo ambiental mais explícito: com fotografias, opinião e inclusão de vozes sociais ligadas à defesa do meio ambiente que mostravam e condenavam as práticas destrutivas ante a Amazônia. Concluimos que o discurso ambiental de *Veja* é construído de forma a ser utilizado como instrumento para criticar as instâncias políticas nos períodos históricos analisados (em especial, o governo militar e Lula) agindo, portanto, de forma a legitimar sua orientação ideológica, configurando-se muito mais como político do que propriamente ambiental.

## REFERÊNCIAS

*A Secretaria de Coordenação da Amazônia*. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=59> > Acessado em março de 2007

*Até quando vão nos ignorar? Amazônia Vinte e Um- N° 1 – Ano I* (Editorial) Disponível em < <http://hps.infolink.com.br/peco/cbo010119.htm> > Acessado em março de 2007.

BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto (org) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

BRAIT, B. **Análise do Discurso: Balanço e Perspectivas**, São Paulo: s.ed., 1998.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, São Paulo: Ed. Da Unicamp, 2004.

COUTINHO, L. *A Mártir da Floresta*. **VEJA**. São Paulo: Abril, 23.02.2005.

CASARA, M. *Mineração Predatória na Amazônia Brasileira*. Cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá. Maio de 2003. Reportagem de Publicação do Observatório Social, Florianópolis Santa Catarina- Brasil. Disponível em < [www.observatoriosocial.org.br/download/mineracao.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/download/mineracao.pdf) > Acessado em março de 2007.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental** – Princípios e Práticas. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

EGYPTO, L. *As obrigações do jornalismo ambiental*. 9/1/2006 In: **Observatório da Imprensa**. Entrevista com André Trigueiro 09/01/2006. Disponível em < [observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=363AZL002](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=363AZL002) > Acessado em março de 2007.

FIGUEIREDO, P. *A Internacionalização da Amazônia. Órgãos como a Sudan e Sudene transformaram-se em negócios de políticos inescrupulosos*. . In: **Amazônia Vinte e Um- N° 1- ano 1**. Disponível em < <http://hps.infolink.com.br/peco/amazonia21/ama2101c.htm> > Acessado em março de 2007.

FIORIN, J. L. **As Astúcias da Enunciação: As Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo**. São Paulo: Ática, 2002.

FOUCALT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9° ed. São Paulo: Ed Loyola, 2003.

HOMMA, A. *Biopirataria na Amazônia: ainda é tempo para salvar ?* Apresentado na Audiência Pública presidida pela Deputada Federal Socorro Gomes, no dia 16 de setembro de 1997, na Câmara dos Deputados. Disponível em < [www.atech.br/agenda21.as/download/amazonia2.pdf](http://www.atech.br/agenda21.as/download/amazonia2.pdf) > Acessado em março de 2007.

LENTINI, M.; VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, D. *A expansão madeireira na Amazônia*. Maio de 2005. Disponível em < [www.imazon.org.br/upload/ea\\_2p.pdf](http://www.imazon.org.br/upload/ea_2p.pdf) > Acessado em março de 2007.

MAINGUENAU, D. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1988.

NASCIMENTO, P. C. **Jornalismo em Revistas no Brasil**. Um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete*. 1° ed. São Paulo: Annablume, 2002.

*O "desenvolvimento" da Amazônia: a pecuária*. Disponível em < [www.amazonlink.org/ACRE/amazonas/seringueiros/cattle.htm](http://www.amazonlink.org/ACRE/amazonas/seringueiros/cattle.htm) > Acessado em março de 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. 4° ed. Campinas, SP: Fontes, 2002.

RODRIGUES, R. H. Os Gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER J.L, BONINI Adair, ROTH, Désirée Motta- (orgs.). **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROSA, M. A. *Jornalismo em defesa do verde*. 31.08.2005. Disponível em < <http://www.jornalistasambientais.com.br/article/articleview/29/1/15/> Acessado em > março de 2007.

SANT'ANNA, A. A.; YOUNG, C. E. F. *Conflitos no campo e desmatamento na Amazônia: duas faces de uma mesma moeda* - IE/UFRJ

IE/UFRJ, sem data. Disponível em <  
[www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/conflitos\\_no\\_campo\\_e\\_desmatamento\\_na\\_amazonia.pdf](http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/conflitos_no_campo_e_desmatamento_na_amazonia.pdf) >  
Acessado em março de 2007.